

ARQUITETURA POPULAR: ESPAÇOS E SABERES¹

Marcia Sant'Anna²

RESUMO

O artigo informa sobre o andamento das atividades para a elaboração de um Guia de Fontes sobre Arquitetura Popular, trabalho que vem sendo conduzido por um grupo de pesquisadores da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia. Trata também dos resultados preliminares dessa pesquisa, em especial, os relativos à identificação das características gerais da literatura atinente ao tema e à abordagem conceitual e metodológica que tem sido desenvolvida por estudiosos brasileiros e estrangeiros.

Palavras-chave: Arquitetura popular. Patrimônio cultural. Saberes tradicionais. Espaço arquitetônico.

ABSTRACT

This paper informs on the progress of the activities related to the elaboration of a Guide of Bibliographical Sources regarding Vernacular Architecture, a work being conducted by a group of researchers from the Faculty of Architecture of the Federal University of Bahia. The paper also reports on the results achieved so far, in particular those relating to the identification of the general characteristics of the literature dedicated to the theme and the conceptual and methodological approach that has been developed by Brazilian and foreign scholars.

Keywords: Vernacular architecture. Cultural heritage. Traditional knowledges. Architectonic space.

INTRODUÇÃO

A arquitetura produzida fora dos circuitos formais da construção civil – e a partir de saberes populares e ancestrais – é ainda no Brasil um tema predominantemente

¹ Artigo revisto, modificado e apresentado originalmente no 1º Congresso Internacional de História da Arquitetura Luso-brasileira, promovido pela Universidade Federal do Espírito Santo, de 04 a 06 de setembro de 2013. O artigo é ainda resultado de pesquisa que vem sendo realizada na Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia, sob minha coordenação, com vistas à elaboração de um Guia de Fontes sobre Arquitetura Popular, em conjunto com os seguintes docentes e pesquisadores: Daniel Mellado Paz, Eugênio de Ávila Lins, Luiz Antônio Fernandes Cardoso, Mariely Cabral Santana e Silvia Pimenta d’Affonseca.

² Professora da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia. e-mail: santanna.m@gmail.com.

estudado no âmbito da antropologia, da geografia cultural, da sociologia e outras áreas das ciências humanas. Os estudos de arquitetos e urbanistas não são abundantes e quase sempre estão vinculados à preservação, conservação e restauração do patrimônio edificado ou à problemática do déficit habitacional urbano. Uma das razões dessa carência é o desprezo histórico da academia pelo tema (ver WEIMER, 2005, p. XXXVII) e a rotulação dessa produção como “construção” e não como “arquitetura”. De fato, dirigir o olhar para o universo popular implica questionar a noção hegemônica de arquitetura como arte e saber eruditos (JACQUES, 2003, p. 11-20).

Tudo isso tem implicado a ausência da produção arquitetônica popular no imaginário dos arquitetos e, em particular, dos estudantes de arquitetura. Essa relativa falta de informações, aliada ao baixo aproveitamento desses conhecimentos e técnicas no projeto arquitetônico contemporâneo, alimenta preconceitos na área da construção civil relacionados à durabilidade e à segurança dessas técnicas e, no âmbito dos organismos responsáveis pelas políticas de saúde pública, a disseminação da ideia de que técnicas como a taipa-de-mão, por si só e não devido a problemas de execução, proteção e conservação, propagam doenças como o Mal de Chagas. A marginalização da arquitetura de terra e de outras técnicas tradicionais tem ainda descartado possibilidades acessíveis de construção e de manutenção de habitações, promovido o risco de desaparecimento de modos e formas tradicionais de construir, além da desvalorização desses conhecimentos, ampliando, conseqüentemente, o desinteresse no seu aprendizado. Superar o baixo grau de transmissão e a aplicabilidade restrita das técnicas tradicionais é fundamental para reverter sua competitividade frágil no mercado da construção civil e o baixo capital simbólico que detêm junto à sociedade e às políticas habitacionais e de saneamento. Não menos fundamental é o estudo das formas e dos espaços produzidos por segmentos sociais menos favorecidos, em seu enfrentamento e adaptação às situações mais diversas e adversas. Num país que em a maior parte da arquitetura das grandes e médias cidades é resultado de autoconstrução, ignorar esse universo é, no mínimo, um sinal de alienação.

No processo de reversão desse quadro de descaso e ignorância, estudos acadêmicos têm o papel fundamental de produzir conhecimento sobre essa arquitetura e sobre os saberes que a constituem, bem como o desenvolvimento conceitual e metodológico

em torno do tema. Têm ainda o papel de valorizar os detentores desses saberes, abrindo espaço para sua atuação no campo pedagógico.³

As técnicas construtivas e a arquitetura produzida com base na tradição e na vivência popular são, ao mesmo tempo, um recurso para o desenvolvimento socioeconômico e também um patrimônio cultural da maior importância. Considerando esses fatores, o desenvolvimento conceitual e metodológico ainda precário do tema, assim como a falta de informações atualizadas sobre essa produção arquitetônica na Bahia,⁴ professores e pesquisadores da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (ver nota 1) estão desenvolvendo estudos com vistas à documentação, numa perspectiva histórica e contemporânea, das características espaciais, construtivas, estéticas e semânticas da “arquitetura popular” produzida neste Estado. Esses estudos abrangem os meios urbanos e rurais e a arquitetura popular que utiliza tanto as técnicas tradicionais, como a que se apropria e aproveita materiais de construção e outros produtos industrializados.

O objetivo desse artigo é, assim, informar sobre o andamento desse trabalho, em especial, sobre os resultados parciais do levantamento bibliográfico e documental feito até o momento, no que toca, principalmente, à abordagem conceitual e metodológica que tem sido dispensada ao tema, por parte de estudiosos brasileiros e estrangeiros.

UM GUIA DE FONTES SOBRE ARQUITETURA POPULAR

Embora o foco da pesquisa seja o Estado da Bahia, a apreensão dessa realidade regional e o cumprimento dos objetivos de desenvolvimento conceitual e metodológico do tema levaram a uma postura mais abrangente, no que diz respeito ao recorte adotado para o levantamento bibliográfico e documental. Este inclui autores

³ Dentre as iniciativas de valorização do saber construtivo popular, destacam-se as experiências das Escolas Oficinas de Salvador, São Luiz e João Pessoa, assim como a do Centro de Estudos Avançados em Conservação Integrada – CECI, de Recife, que tem incluído artífices e mestres construtores importantes de Pernambuco em cursos relacionados a técnicas construtivas tradicionais.

⁴ O último estudo de fôlego e abrangência sobre a arquitetura baiana, que incluiu sua dimensão popular, foi o Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia, coordenado pelo arquiteto e professor Paulo Ormino Azevedo.

brasileiros e estrangeiros que, além de terem produzido conhecimento sobre essa arquitetura, na área de abrangência de suas pesquisas, desenvolveram importantes reflexões conceituais e metodológicas sobre o tema. Estudos que se debruçaram sobre a produção arquitetônica popular da Península Ibérica e em regiões da Europa, da África e da Ásia, também estão sendo considerados na medida em que podem ampliar a compreensão de aspectos históricos, técnicos e espaciais da arquitetura popular produzida na Bahia e no Brasil.

Com vistas à abordagem do fenômeno da arquitetura popular e à condução da leitura do material bibliográfico selecionado, foram estabelecidos, até o momento, cinco eixos orientadores: (1) conceitos e métodos; (2) saberes tradicionais e espaço arquitetônico, (3) técnicas construtivas tradicionais, (4) arquitetura popular em meio urbano, (5) etnicidade e produção de territórios e paisagens.

Mais do que uma mera revisão bibliográfica, o guia de fontes que resultará desse levantamento deverá gerar, além de uma publicação, a implantação de um *website*, no domínio virtual da Faculdade de Arquitetura da UFBA, contendo um pequeno banco de dados no qual as fontes bibliográficas e documentais levantadas e comentadas ficarão abertas à consulta e à colaboração de pesquisadores nacionais e estrangeiros. As fontes que estão sendo pesquisadas são de espectro amplo, envolvendo além de livros e artigos publicados, pesquisas inéditas ou em andamento. A meta é que este guia de fontes se torne um trabalho de referência para pesquisadores do tema e de outros assuntos correlatos e que funcione ainda como uma ferramenta para o planejamento de pesquisas de campo e para o estabelecimento de prioridades, para além do grupo de pesquisadores diretamente envolvido.

As fichas que compõem este guia de fontes contêm, além de um comentário-resumo sobre a obra examinada, os seguintes dados: referência bibliográfica; informação sobre o(s) autor(es) e suas principais produções; localização do livro, texto, pesquisa ou documento em causa; informação sobre o conteúdo geral da fonte, com base nos eixos orientadores da pesquisa, sumário e identificação de palavras-chave.

A disponibilização *on-line* deste guia de fontes está prevista para meados de 2014 e a ideia é que pesquisadores não somente acessem, mas efetivamente colaborem com este instrumento, depositando fichas comentadas sobre seus próprios trabalhos e

publicações e também de outros autores que estejam estudando. Num momento posterior e, certamente, mais sofisticado, este guia poderá abrigar inclusive mais de uma ficha sobre uma mesma obra, correspondendo a distintas “leituras” ou olhares sobre um fenômeno ou autor. A intenção, em suma, é construir um banco de dados “vivo”, aberto e em permanente alimentação. Para tanto, um grupo administrador, composto por pesquisadores do grupo baiano, receberá, avaliará e homologará as contribuições. Assim, outro objetivo deste artigo é começar a divulgar esta ferramenta de pesquisa, sensibilizar e conclamar pesquisadores, estudantes e professores, a compartilharem seus achados e leituras sobre o tema, enviando, por enquanto, suas colaborações para o endereço eletrônico arqpop@ufba.br.

Até o momento, foram levantados os acervos existentes nas bibliotecas das unidades da Universidade Federal da Bahia, que abrigam obras direta ou indiretamente ligadas ao tema e também outros acervos institucionais. Além desses espaços, estão sendo empreendidas buscas em livrarias, sites especializados e, ainda, a partir de contatos com pesquisadores de outros Estados. Estão também previstos levantamentos complementares em acervos particulares de pesquisadores baianos. Por ocasião da participação de membros desta pesquisa no *Colóquio Internacional sobre Arquitetura Popular*, realizado em abril deste ano em Portugal,⁵ cerca de 60 títulos relativos a estudos portugueses também foram levantados.

O trabalho realizado até o momento tem confirmado a importância desse levantamento e levado a refletir sobre certos pressupostos associados ao tema como, por exemplo, o da escassez de fontes. Embora se deva reconhecer que a produção técnica e acadêmica sobre arquitetura popular não tem a mesma abundância daquela relacionada a outros temas do campo da arquitetura e do urbanismo, este levantamento, ainda que inconcluso, já mostra que essa afirmação necessita ser relativizada. Mais do que escassez bibliográfica, parece que se está diante de um problema de falta de apropriação e divulgação dessas fontes, certamente, devido a sua não inclusão em atividades acadêmicas e didáticas, no âmbito dos cursos de arquitetura.

⁵ Os professores Daniel Mellado Paz, Eugênio de Ávila Lins e Mariely Cabral Santana.

Apesar das dificuldades conceituais, metodológicas e operacionais que estão sendo enfrentadas, já foram elaboradas, até o momento, cerca de 100 fichas de uma meta inicial de 200. Embora ainda pequena, em comparação com o universo de obras selecionadas, essa amostragem já tem permitindo avançar em algumas reflexões e avaliações preliminares a respeito das características da bibliografia produzida em torno desta arquitetura e do tratamento conceitual e metodológico dado ao tema, no Brasil e no exterior.

APONTAMENTOS SOBRE TEMAS BIBLIOGRÁFICOS RECORRENTES⁶

Arquitetura popular e patrimônio cultural

No Brasil, conforme já notado por Günter Weimer (WEIMER, 2005, p. XXXVI), os estudos pioneiros sobre a produção arquitetônica popular surgiram articulados à preservação do patrimônio histórico. Neste rol há livros, artigos e estudos de um grupo seletivo que contém nomes como os de Gilberto Freyre, Lúcio Costa, Mário de Andrade e Luiz Saia, em grande parte publicados pela Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Essa bibliografia reúne aproximações sociológicas, antropológicas, históricas e especificamente arquitetônicas, e oscila entre uma abordagem da criação popular como um indicador de *status* e de relações sociais, econômicas e históricas, ou como um conjunto de particularidades artísticas e arquitetônicas que constituem elementos definidores de uma tradição arquitetônica e construtiva nacional. Assim, um dos temas que estruturam inicialmente a produção bibliográfica brasileira sobre arquitetura popular é o que a relaciona com o patrimônio cultural.

A difusão mundial da Carta de Veneza, de 1964, e o reconhecimento que faz do valor patrimonial da criação popular ensejaram, no Brasil, a realização e a publicação de inventários arquitetônicos que incluíram ou se voltaram para uma produção dessa natureza. Na Bahia, a principal referência é, sem dúvida, o Inventário de Proteção do Acervo Cultural, obra publicada em vários volumes que correspondem às diversas

⁶ Os próximos itens foram elaborados com a colaboração de Daniel Mellado Paz, Professor Assistente da Faculdade de Arquitetura da UFBA e membro da equipe de pesquisa.

regiões do Estado, e que documenta locas⁷ e outras manifestações da arquitetura popular. Estudos desse tipo foram feitos em outras regiões do país e são relativamente abundantes também no exterior.

Ainda na vertente brasileira ligada à preservação do patrimônio cultural, a vereda relativa às técnicas construtivas tradicionais tem como um dos seus iniciadores o arquiteto Sylvio de Vasconcelos, até hoje, autor de uma das obras de referência mais importantes sobre o assunto (VASCONCELLOS, 1979). Os estudos brasileiros sobre essas técnicas e temas correlatos são bastante abundantes, respondendo por grande parte da produção mais recente e contemporânea. Mário Mendonça de Oliveira é, sem dúvida, uma referência nessa linha de estudos que une a produção de conhecimentos sobre essas técnicas e a conservação e restauração do patrimônio edificado (OLIVEIRA, 1995), assim como o são os trabalhos de Maria Isabel Kanan (KANAN, 2008).

As publicações relacionadas à história da construção no Brasil possuem, em grande parte, interface com a questão patrimonial, sendo um exemplo importante nesse sentido os trabalhos de Júlio Katinsky, em especial os que versam sobre a história da técnica no Brasil colonial (KATINSKY, 1998).

A difusão mundial da noção de patrimônio cultural imaterial, a partir dos anos de 1990, teve, como um de seus efeitos no Brasil, o incremento dos levantamentos e estudos voltados para as técnicas e tecnologias tradicionais, já que constituem pontos de concretização e de visibilidade da interação entre as dimensões material e imaterial do patrimônio cultural. No Brasil, podem ser citados como estudos dessa natureza os inventários das técnicas construtivas tradicionais ainda vigentes em Minas Gerais, Pernambuco e Santa Catarina, no âmbito do Projeto Mestres e Artífices do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, cuja próxima etapa deverá ser realizada na Bahia.

Além dos inventários, outras fontes interessantes da articulação de arquitetura popular

⁷ As locas ou “tocas” são moradias escavadas na rocha e fechadas com fachadas feitas em alvenaria de pedra seca ou taipa de sopapo. Na Bahia, ainda existem exemplares na Chapada Diamantina e no sertão.

e patrimônio são os processos de tombamento. Ainda que essas iniciativas, no que toca à essa produção arquitetônica, sejam escassas, são dignos de nota os processos de tombamento federal da Casa de Chico Mendes e de seis terreiros de candomblé tombados pelo IPHAN, em Salvador e em São Luís do Maranhão.⁸

Articulando, por fim, preservação do patrimônio arquitetônico a um recorte étnico, surgem também no Brasil, a partir dos anos de 1980, estudos e publicações relacionados à arquitetura dos imigrantes europeus e asiáticos. Muitos desses trabalhos têm um perfil de documentação ou inventário, como o trabalho de Jussara Valentini sobre a arquitetura do imigrante italiano no Paraná (VALENTINI, 1982) e o de Celina Kuniyoshi, Hugo Segawa e Walter Pires sobre a arquitetura japonesa em São Paulo (KUNIYOSHI; SEGAWA; PIRES, 1985). Além desses, cabe ressaltar os estudos de Günter Weimer (2005) sobre a arquitetura do imigrante alemão no sul do Brasil. Com foco na Bahia e de fatura mais atual, resalta-se também o trabalho do arquiteto Fábio Velame (2011), que aborda o tema do espaço ritual afro-brasileiro, a partir de suas implicações urbanas, arquitetônicas e no que toca à sua preservação como patrimônio cultural.

No plano internacional, de um modo geral, a relação entre arquitetura popular e processos de patrimonialização torna-se mais frequente após os anos de 1960, também sob influência da Carta de Veneza. Esses estudos ganham mais abundância e importância, contudo, a partir dos anos de 1990, com a difusão mundial do conceito de patrimônio cultural imaterial. Cabe, contudo, ressaltar que em países como Japão e Coreia do Sul, por exemplo, esta produção é mais antiga, já que os processos de patrimonialização de saberes tradicionais, inclusive os construtivos, tiveram início nos anos de 1950.

Arquitetura popular e fenômeno cultural

No Brasil, ainda que sem uma ênfase arquitetônica específica, o espaço produzido por segmentos populares afro-brasileiros e indígenas tem sido objeto de uma atenção

⁸ Foram tombados, a partir dos anos de 1980, os seguintes terreiros de candomblé: Casa Branca do Engenho Velho, Axé Opô Afonjá, Gantois, Bate Folha e Alaketo, em Salvador, e Casa das Minas, em São Luís.

específica desde o final do século XIX, especialmente no primeiro caso. Neste rol estão os estudos de Nina Rodrigues sobre o negro e seus espaços de vivência em Salvador, nos quais descreve, entre outros, a configuração e o uso dos espaços de terreiros de candomblé de “nação” nagô (RODRIGUES, 1977, p. 215). Essa linha de investigação foi retomada e desenvolvida, a partir dos anos de 1940, por antropólogos brasileiros e estrangeiros, como Edison Carneiro (CARNEIRO, 1967) e Roger Bastide (BASTIDE, 2001), que se debruçaram sobre o mundo africano na Bahia e cujas reflexões são ainda vistas como fundamentais para os estudos contemporâneos que relacionam etnia, cultura, arquitetura e assentamento popular na Bahia. Nos anos de 1980, cabe destacar o trabalho da antropóloga Juana Elbein dos Santos, pelo foco na questão espacial dos terreiros de candomblé baianos (SANTOS, 1986).

Esses estudos, embora importantes para o entendimento de aspectos do significado, do uso e da apropriação do espaço popular afro-brasileiro, bem como, mais amplamente, da formação da paisagem de assentamentos populares urbanos e rurais, não são, contudo, estudos específicos da área de arquitetura e urbanismo. Estes são menos abundantes e de lavra mais recente, cabendo destacar a obra do arquiteto Marianno Carneiro da Cunha (1985) sobre a arquitetura “brasileira” na Nigéria e no Benim, onde antigos escravos que retornaram à terra natal construíram sobrados e casas que reproduzem características da arquitetura colonial do Brasil. Na área dos estudos arquitetônicos articulados a traços étnicos e culturais no Brasil, os trabalhos mais abundantes pertencem a antropólogos, embora alguns arquitetos também se dediquem ao tema. Estudos como o de Maria Heloísa Fenélon Costa (1986), Hamilton Botelho Malhano (1989; 1993) e Getúlio Alho (1985) sobre habitação indígena, entretanto, não são abundantes. De fato, a arquitetura produzida pelos grupos indígenas brasileiros é majoritariamente estudada por antropólogos e, portanto, com uma ênfase maior em aspectos simbólicos e aos relacionados ao uso do espaço e às suas relações com a estrutura social, do que em aspectos arquitetônicos e construtivos.

No plano internacional, as obras que vinculam arquitetura popular e traços culturais são mais abundantes e constituem, do ponto de vista conceitual e metodológico (até onde foi possível observar neste ponto da pesquisa), a vertente mais importante. A origem desses estudos se encontra no projeto europeu que tem início no século XIX e se vincula à formação ou afirmação de alguns Estados-nação, de cujas conclusões e

construções raciais míticas teria surgido a moderna antropologia.

Em obra que organiza tematicamente seus textos e artigos sobre arquitetura vernacular, Paul Oliver observa, contudo, que os antropólogos só começam a dar atenção às edificações em seus estudos nos anos de 1930, sendo um marco a obra de Grioule, de 1949, sobre o simbolismo e os valores atribuídos às edificações do povo Dogon, de Mali (OLIVER, 2006). Embora estudos tipológicos sobre a arquitetura rural da França tenham começado durante a ocupação nazista, somente foram publicados nos anos de 1980, exercendo, a partir de então, grande influência. Na Europa, informa ainda Oliver (2006), apesar do privilégio dado à arquitetura monumental, trabalhos como *Habitation des Fali*, de Lebeuf (1961), ressaltaram a riqueza das tradições construtivas do Oriente Médio, do Sul e do Oeste da África e da Ásia (OLIVER, 2006).

Uma abordagem nova e alternativa do tema, entretanto, surgiu com Amos Rapoport, a partir da publicação do livro *House, form and culture* (1969) e de outros trabalhos. Nas décadas seguintes, estudos correlatos cresceram em vários países, caracterizando-se por registros da casa e da vida doméstica, como objetos em vias de desaparecimento (OLIVER, 2006, p. 413). Estudos internacionais e comparativos entre culturas demoraram a se desenvolver e o interesse de algumas escolas de arquitetura pelo vernacular e a falta de publicação mais abrangente sobre o tema foi o que animou Paul Oliver a escrever o livro *Dwellings: the house across the world* (1984) e a organizar, a partir de 1988, a primeira enciclopédia sobre o tema – a *Encyclopedia of vernacular architecture of the world* (OLIVER, 1997) –, atualmente a principal obra de referência sobre o tema.

As obras de Rapoport e Oliver caracterizam-se pela abordagem da arquitetura popular (ou, como denominam, vernacular) como parte de fenômenos culturais globais. Outro autor europeu que pode ser inserido nessa linha de abordagem é o italiano Enrico Guidoni que, na obra *L'architettura popolare italiana* (1980), enfatiza o papel dos traços culturais camponeses não somente nos aspectos decorativos, artísticos e simbólicos dessa arquitetura, mas também nos assentamentos urbanos do final da Idade Média (GUIDONI, 1980, p. 89-93; p. 149-159).

Arquitetura popular e assentamentos urbanos

No Brasil, uma abordagem inicial e referencial sobre a arquitetura dos assentamentos populares urbanos, ou das favelas, encontra-se em *Habitação em questão*, de Carlos Nelson F. dos Santos (1981). Esta obra constitui um dos pontos de partida fundamentais e, de certa forma, orientadores dos estudos subsequentes, que abordaram a habitação do assentamento informal como arquitetura. Nessa linha, e pela sua ênfase no aspecto arquitetônico, destaca-se, na Bahia, a dissertação de mestrado de Eduardo Teixeira de Carvalho, *Os Alagados da Bahia: intervenções públicas e apropriação informal do espaço urbano* (2002). Em termos das pesquisas e produções bibliográficas mais recentes, contudo, verifica-se no Brasil um baixo investimento em análises arquitetônicas, tipológicas, morfológicas e de configuração espacial, relativas aos assentamentos populares urbanos, e, em contrapartida, uma abundância de abordagens sociais, econômicas ou relacionadas às políticas urbana e habitacional. Em outras palavras, uma abundância de estudos que investigam as implicações sociológicas, econômicas e políticas dos assentamentos urbanos informais e poucos estudos que buscam entender o espaço arquitetônico que aí é produzido.

A literatura internacional, especialmente a que associa arquitetura popular e fenômeno cultural, aborda a questão dos assentamentos populares em meios urbanos, de modo marginal, em decorrência dos conceitos de arquitetura “vernacular” ou “popular”, que adotam, os quais foram desenvolvidos, primordialmente, a partir de culturas ditas “primitivas”, “tradicionais”, camponesas ou relativamente isoladas e autônomas (RAPOPORT, 1969, p. 3; GUIDONI, 1980, p. 3-4). De todo modo, ressaltam a importância do aproveitamento desses saberes tradicionais no planejamento da questão habitacional urbana e nas políticas correlatas, em países periféricos, inclusive como uma das questões que justificam o estudo da arquitetura produzida fora dos circuitos formais. Considerando-se, contudo, o foco específico na arquitetura e na urbanística dos assentamentos populares em ambientes urbanos, além de nos aspectos sociais, urbanos, econômicos e políticos do problema, os estudos de John Turner, entre os quais, *Housing by people: towards autonomy in building environments* (1977), são referenciais e inauguram uma importante vertente de trabalhos na América Latina que é, até hoje, explorada.

A produção bibliográfica internacional mais abundante, no cômputo geral, entretanto, diz respeito aos aspectos políticos, tecnológicos e urbanísticos do problema do assentamento popular urbano, de modo análogo à brasileira, sem grande atenção para aspectos especificamente relacionados à produção do espaço arquitetônico e às técnicas mobilizadas para tal. Um exemplo importante de autor contemporâneo que explora essa linha é Mike Davis, em *Planeta Favela* (2006).

Arquitetura popular e sustentabilidade

No Brasil, a meta da sustentabilidade aplicada à arquitetura, em grande parte definida em termos de adequação climática, de desempenho energético e de uso de recursos naturais renováveis e não poluentes, surge em projetos arquitetônicos e experiências no campo da construção que utilizam técnicas construtivas tradicionais, como o adobe e o pau a pique, e em trabalhos experimentais de arquitetos, engenheiros e outros profissionais das áreas tecnológicas, que buscam o aperfeiçoamento dessas técnicas como base para o desenvolvimento de sistemas construtivos mais baratos, como o solo-cimento. Com relação à arquitetura popular, ou aquela produzida fora dos circuitos formais e especializados, o tema da sustentabilidade não é muito explorado, embora seja amplamente reconhecida a sua adequação climática. Considerações sobre aspectos relacionados ao clima, à integração com o meio ambiente e à utilização sustentável de recursos naturais surgem também de modo recorrente em estudos relacionados à produção arquitetônica indígena.

No plano internacional, tendo em conta os levantamentos bibliográficos realizados até o momento, é possível notar que este eixo de abordagem da produção arquitetônica popular rivaliza em importância com aquele fundamentado em traços e características culturais. Trata-se de uma literatura que define essa arquitetura a partir de suas relações com o ambiente natural, com as condições climáticas e com os materiais utilizados, avaliando-a também a partir do seu desempenho energético. Um exemplo recente desse tipo de abordagem encontra-se em Alfonso Ramírez Ponce, no texto *Arquitetura regional e sustentável* (2008).

Arquitetura popular e expressão estética

A exposição *Arquitetura sem arquitetos* (1964), organizada por Rudofsky no Museu de Arte Moderna de Nova Iorque, influenciou decisivamente uma visão estética da

arquitetura popular (RUDOFISKY, 1964). Embora não possa ser visto como uma referência conceitual e metodológica importante, Rudofsky chama a atenção para a beleza dessa arquitetura, equiparando-a e colocando-a, pela primeira vez de modo explícito, lado a lado com obras excepcionais da natureza.

Na bibliografia produzida no Brasil não se verificou, até o momento, uma exploração abundante ou constante das relações entre arquitetura, estética e arte popular, embora obras como *Arquitetura kitsch suburbana e rural* (1979), de Dinah Guimaraens e Lauro Cavalcanti, e *Estética da ginga: a arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica* (2003), de Paola Berenstein Jacques, tragam importantes reflexões sobre arte, estética e arquitetura das favelas e bairros populares, com reflexões conceituais e metodológicas importantes para o campo, inclusive no que toca à apropriação e à produção popular de assentamentos urbanos.

O PROBLEMA CONCEITUAL E METODOLÓGICO

Um dos principais eixos da pesquisa em desenvolvimento diz respeito à abordagem conceitual e metodológica do tema da “arquitetura popular”. A escolha dessa expressão orientou-se, basicamente, pela capacidade que ela tem de comunicar para os sujeitos e grupos sociais que este universo envolve o interesse primordial dessa investigação: a arquitetura e o assentamento produzidos fora do circuito especializado da arquitetura e do urbanismo que, independentemente da época de sua construção, se encontra em uso. Além disso, a expressão “arquitetura popular” contribui para dar ênfase e visibilidade àqueles que detêm os conhecimentos que fundamentam esses fenômenos e para ressaltar os valores cognitivos, estéticos, utilitários e outros, que podem ser associados a essa produção e demonstram seu potencial de resposta a demandas contemporâneas. Seu uso neste trabalho não decorre, portanto, de considerações de ordem etimológica, como em Weimer (2005, p. XXXIX; p. XL), mas deriva também do fato de que o neologismo “vernacular”, quando aplicado à arquitetura, restringe-se ao campo acadêmico e especializado e não é facilmente compreendido fora dele.

De resto, adota-se nesta pesquisa uma postura crítica à abordagem do conceito como um fim em si mesmo, e à pretensão de que constitua uma descrição acabada e definitiva do objeto. Tendo-se em conta o caráter dinâmico da realidade, encara-se o

conceito, como uma ferramenta passível de aperfeiçoamento e de adequação às questões que são permanentemente colocadas ao objeto da investigação por uma realidade que extrapola e, inclusive, resiste à conceituação. Parte-se, ainda, da consciência do papel político e do caráter “provisório” que os conceitos têm em cada estudo, na medida em que são aparatos cognitivos voltados para a compreensão de realidades, em constante transformação, que exigem, constantemente, a atualização desses aparatos. Avalia-se, em princípio, que a delimitação do campo, a identificação e a explicitação das questões para as quais se deseja encontrar respostas e o horizonte de experiências relacionadas ao objeto sejam as bases para a elaboração de um conceito de caráter operacional que dê conta dos fenômenos arquitetônicos e urbanísticos em estudo. A expressão escolhida para comunicar esse conceito deve ser clara e facilmente compreensível, mas isso não é o mais importante, pois, qualquer que seja, dificilmente dará conta de expressar direta e plenamente todo o seu conteúdo e nuances.

Essas considerações têm orientado também o exame do desenvolvimento conceitual e metodológico do tema na literatura percorrida até o momento, em especial, em autores como Rapoport (1969), Oliver (2006), Guidoni (1980), Rudofsky (1964; 1977), Ramirez-Ponce (2008) e Weimer (2005), onde a questão conceitual surge com mais destaque. O exame comparado dessas abordagens tem permitido identificar as “portas de entrada” (ou aspectos da realidade) por meio das quais esses autores constroem seus conceitos de arquitetura “vernacular”, “popular” ou “regional”, e avaliar, ainda em linhas muito gerais e incompletas, algumas implicações metodológicas dessas escolhas. O que se apresenta a seguir corresponde aos apontamentos preliminares decorrentes desse exame.

Inicialmente, cabe ressaltar, no conjunto de autores examinados, a prevalência da abordagem do tema da arquitetura popular, como um fenômeno primordialmente sociocultural e, neste caos, Amos Rapoport (1969) é a referência central. Na sua abordagem, o “recorte” societário e tipológico tem impacto considerável no desenvolvimento conceitual, já que este autor privilegia em seus estudos o que chama de sociedades “primitivas” e “vernaculares”. As primeiras corresponderiam aos grupos sociais tecnológica e economicamente pouco desenvolvidos e fundamentalmente orientados pela tradição, nos quais a atividade construtiva não tem

grande grau de especialização e é amplamente dominada (RAPOPORT, 1969, p. 2-4). As segundas são subdivididas pelo autor em “pré-industriais” e “modernas”, sendo as primeiras correspondentes às sociedades mais desenvolvidas, em termos econômicos e tecnológicos, do que as “primitivas”, nas quais o peso da tradição ainda é importante e a atividade construtiva possui certo grau de especialização, embora apoiada em “modelos” estabelecidos e ajustados ao longo do tempo (RAPOPORT, 1969, p. 4-6). As sociedades “vernaculares modernas” corresponderiam, por fim, aos segmentos sociais de classe média ou de baixa renda das sociedades urbanas da era industrial, nos quais, um contexto de “perda” de tradições e um excesso de escolha relacionada à atividade construtiva, tornaria questionável a existência de uma arquitetura realmente “vernacular”, e daria lugar ao que o autor denomina de “idioma moderno *folk*”. Este idioma estaria baseado em tipos edilícios feitos “para” o gosto popular e não “pelo” povo, embora implique a existência de “valores compartilhados” (RAPOPORT, 1969, p. 7).

A tese central de Rapoport (1969) sobre a arquitetura produzida pelas sociedades que define como “primitivas” e “vernaculares pré-industriais” postula que são os fatores socioculturais, mais do que os climáticos, tecnológicos e construtivos, os responsáveis pela forma que as edificações adquirem no âmbito dessas sociedades. Estes últimos, juntamente com os materiais disponíveis, a conformação do sítio físico, as necessidades de defesa e a economia, seriam apenas “fatores de mudança”. O modo de vida, os valores compartilhados pelo grupo e a busca do “ambiente ideal” de cada cultura, em suma, é que seriam determinantes da forma das edificações. O estudo de Rapoport (1969), contudo, se concentra na habitação, pois, a seu ver, a casa mostraria mais claramente os vínculos entre forma e padrões de vida, embora reconheça que edifícios religiosos, construções utilitárias e outras provisórias, temporárias ou portáteis, como cabanas e tendas, possam também ser indicadores dessa relação.

O conceito de arquitetura vernacular de Rapoport (1969), assim delimitado em termos societários e tipológicos, implica a proposição de uma metodologia de pesquisa que busca dar conta tanto do fenômeno cultural e social no qual a arquitetura em causa se insere, quanto dos aspectos arquitetônicos e construtivos propriamente ditos, implicando, portanto, o uso e a integração de métodos e instrumentos de análise dessas áreas de conhecimento. Em suma, remete a uma metodologia integrada que dê

conta dos vínculos entre comportamento social e forma arquitetônica (RAPOPORT, 1969, p. 16). As edificações devem então, segundo essa abordagem, ser estudadas a partir da avaliação da permanência ou da falta de mudança e a partir da análise dos edifícios em si mesmos (RAPOPORT, 1969, p. 15).

Embora ampla, integrada e influente, a *démarche* conceitual e metodológica de Rapoport (1969), na medida em que considera o fenômeno do “vernacular moderno” como resultado de contextos de “perda” de tradições e de vínculos culturais grupais, não se aplica à maior parte da produção arquitetônica contemporânea existente nos países ditos periféricos, ou em desenvolvimento, a qual é majoritariamente realizada por grupos e indivíduos imersos em áreas urbanas complexas, cujos traços culturais não são homogêneos. Por fim, a *démarche* cultural de Rapoport (1969) ignora, mesmo com relação às sociedades culturalmente mais homogêneas, isoladas ou localizadas em meio rural, o contato contemporâneo inevitável com o mundo capitalista e com a submissão de tudo à lógica do mercado e da mercadoria.

A abordagem conceitual e metodológica de Paul Oliver (2006) é análoga e até decorrente de uma relação mestre/aprendiz com Rapoport. A mesma linha geral de abordagem conceitual é adotada nas obras mais importantes desse autor, nas quais, em que pese um olhar mais aberto para as manifestações vernaculares urbanas e contemporâneas, mantém a ênfase numa arquitetura relacionada a estágios tecnológicos menos desenvolvidos, a sociedades étnica ou culturalmente mais homogêneas ou, ainda, a assentamentos rurais ou urbanos de baixa complexidade. Oliver (2006) mantém, ainda, a ênfase na forma da habitação, mas abarca um espectro tipológico e territorialmente mais amplo que Rapoport (1969), manifestando uma preocupação menos articulada à construção de uma teoria geral sobre o fenômeno da “arquitetura vernacular” e mais direcionada à sua documentação, preservação e uso contemporâneo (ver OLIVER, 2006).

A abordagem conceitual e metodológica de Enrico Guidoni (1980) também se fundamenta na arquitetura popular como parte de fenômenos culturais globais, mas dá ênfase maior à abordagem histórica desses fenômenos, adotando, contudo, um “recorte” temporal, societário, territorial e ambiental mais restrito e ligado ao meio rural, ao modo de produção artesanal e à cultura camponesa. Embora a construção de

uma metodologia para tratamento do tema esteja em pauta, a abordagem de Guidoni (1980) tem objetivos acadêmicos e políticos explícitos. O autor realiza uma crítica contundente aos estudos de cunho geográfico e territorial que, na sua opinião, conduzem, de modo recorrente, ao entendimento do assentamento humano como mero resultado de processos passivos de adaptação ao ambiente natural ou a modelos externos dominantes (GUIDONI, 1980, p. 3-4). Critica ainda a política urbana e habitacional italiana que, na sua visão, fracassaria em grande parte por ignorar os traços culturais e de relacionamento com os ambientes rural e urbano das populações a que se destina.

Em termos cronológicos e tipológicos, a abordagem de Guidoni (1980), assemelha-se às de Rapoport (1969) e Oliver (2006), embora contenha, certamente em decorrência do seu compromisso com a crítica à política urbana e habitacional italiana, uma postura mais radical relacionada à possibilidade de existência de manifestações arquitetônicas populares “genuínas” em contextos urbanos mais complexos. Guidoni (1980) afirma que uma “cultura arquitetônica popular” somente sobrevive se condições de relativa autonomia cultural, econômica e de gestão permanecem. Para ele, essa cultura e suas tradições tendem a desaparecer em contato estreito com o mundo industrial e urbano, bem como com as políticas governamentais de habitação e urbanismo. Nessas situações, o legado popular permaneceria apenas em detalhes, no uso particular do espaço interno e em elementos acessórios e extra-arquitetônicos (GUIDONI, 1980, p. 158).

Metodologicamente, Guidoni (1980) advoga que dados históricos e antropológicos fundamentem a análise das características, componentes e variantes da arquitetura popular. Ou seja, que ela seja posta em relação com o “povo” que a produziu, consideradas as estratificações temporais, os condicionantes físicos e geográficos e as trocas e encontros com a cultura urbana e estatal. Chama a atenção para a importância dos estatutos urbanos e das normas consuetudinárias como fontes importantes da história das comunidades campesinas, do assentamento e do território, e também para o material produzido por fotógrafos e etnógrafos no registro dessa arquitetura em seus nexos com vida cotidiana e tradições locais (GUIDONI, 1980, p. 5-16).

Guidoni (1980) sublinha ainda os aspectos urbanísticos da tradição popular,

assinalando sua influência fundamental nas características de ocupação e agenciamento espacial dos núcleos urbanos pré-industriais da Itália. Essa “urbanística popular” que, na Itália, teria se constituído durante o *boom* urbano do final da Idade Média, resultaria, assim como algumas arquiteturas urbanas, de uma cultura marcadamente camponesa (GUIDONI, 1980, p. 3-4). Outro aspecto da conformação do espaço popular que é bastante enfatizado pelo autor é sua relação com o sagrado. Esta relação surgiria nos signos religiosos apostos às fachadas, portas e janelas, e também na sacralização e individuação dos lugares e territórios, por meio de rochas e árvores sagradas, ou da edificação de cruzeiros, edículas e nichos. Estes elementos, cujo significado somente seria apreensível por meio de uma chave antropológica, constituem os pontos determinantes da paisagem e indicariam, segundo este autor, que o espaço popular não pode ser compreendido fora da rede de crenças, tradições e de uso que transcende a mera esfera construtiva.

Como Rapoport (1969) e Oliver (2006), Guidoni (1980) também destaca a casa como a tipologia arquitetônica que mais preserva as tradições populares e atua como um indicador privilegiado das relações comunitárias por meio do seu aspecto exterior e de sua adaptabilidade ao espaço disponível. Observa que o interior da casa popular é pouco estudado em termos de cultura do espaço habitado, dos modelos de seleção e agregação de objetos e da relação com a estrutura edilícia. Observa que nessas casas os ambientes mais importantes (área de dormir, de rezar e a cozinha) são rigorosamente estruturadas espacialmente e que os objetos e instrumentos de trabalho sempre prevalecem sobre a mobília, a qual é tratada como entidade isolada e relativamente independente do ambiente arquitetônico (GUIDONI, 1980, p. 206-216).

Rapoport (1969), Oliver (2006) e Guidoni (1980) buscam o rigor terminológico e em todos eles encontra-se uma definição acabada de arquitetura “vernacular” ou “popular”. Em nenhum deles, contudo, se encontra uma defesa intransigente deste ou daquele termo, sendo a escolha de um ou de outro vinculada às conotações existentes na língua de cada autor e a uma maior adequação ao conteúdo dos conceitos que operam.

Bernard Rudofsky,⁹ por sua vez, em seu célebre texto *Architecture without architects: a short introduction to non-pedigreed architecture* (1964), desenvolve, sem preocupações terminológicas, uma crítica conceitual contundente do campo da arquitetura. Seu objetivo é denunciar o caráter limitado do ensino da arquitetura no Ocidente, o qual define como social, temporal e territorialmente restrito. Para tanto, apresenta intervenções da natureza e de animais no ambiente, igualando-as às produzidas pelo homem. Na produção humana, ressalta os procedimentos ancestrais, o caráter comunal, a adequação ao ambiente natural e, entre outros aspectos, a antecipação de soluções relativas à pré-fabricação, à padronização, à mobilidade e ao controle climático. Rudofsky (1964) não desenvolve ou explicita um instrumental metodológico voltado para a orientação de investigações ou classificações.

A falta de rigor conceitual e metodológico permanece na obra *The prodigious builders* (1977), na qual Rudofsky mantém seu conceito de “arquitetura sem-pedigree”, criticando, entre outras questões, a inadequação da divisão do campo em “arquitetura feita por arquitetos”, “arquitetura primitiva ou pré-histórica” e “arquitetura feita por animais ou pela natureza”. A arquitetura vernacular é de novo valorizada em seus aspectos comunais, de produção de soluções criativas e em termos de adequação ambiental e climática. Seu progressivo desaparecimento, a partir do processo de urbanização, é lamentado e sua preservação é indicada por meio de museus a céu aberto.

Um desenvolvimento conceitual distinto e até contrário aos precedentes, mas, ao mesmo tempo, mais articulado a questões atuais, se encontra no autor português Alfonso Ramírez Ponce (2008). Em um pequeno texto *Arquitetura regional e sustentável* (2008), ele defende o uso dos termos “arquitetura regional” ou “indígena” (no sentido de arquitetura pertencente ao lugar) para designar o universo no qual se encerrariam a arquitetura vernacular e aquela que, contemporaneamente, incorpora uma ideia de sustentabilidade decorrente do uso de matérias-primas locais, da adaptação ao meio e do uso de materiais com baixo consumo de energia. A arquitetura vernacular se distinguiria da contemporânea considerada ambientalmente

⁹ As observações seguintes sobre Rudofsky são produto da leitura de suas obras realizada por Daniel Mellado Paz, membro da equipe de pesquisa do Guia de Fontes sobre Arquitetura Popular.

“apropriada”, por ser “autônoma”, originária e pertencente a um lugar. Como se vê, a abordagem conceitual de Ramírez Ponce (2008) responde à necessidade de aferir o desempenho ambiental e energético da arquitetura. O vínculo com um universo cultural ou social compartilhado não seria essencial. Contém, entretanto, uma fragilidade constitutiva que é a de reunir num mesmo universo, produções arquitetônicas de natureza distinta o que, por si só, inviabiliza um desenvolvimento metodológico apropriado.

Em Günter Weimer (2005), o principal nome da literatura brasileira dedicada especificamente ao tema, a abordagem conceitual reduz-se à solução de um problema etimológico. Segundo este autor, o vocábulo “vernacular”, apontado como um neologismo não dicionarizado, seria etimologicamente inadequado à arquitetura e à língua portuguesa, além de pejorativo, por designar “escravo”, “bobo”, “patife” e “velhaco” (WEIMER, 2005, p. XXXIX; p. XL). Assim, defende o uso do termo “popular”, por designar o que “é próprio das camadas intermediárias da população”, excluindo a arquitetura das elites e a dos favelados. “Arquitetura popular” se referiria então àquela “que é própria do povo e por ele é realizada” (WEIMER, 2005, p. XL; p. XLI).

O conceito de Weimer (2005) tem o objetivo de ser uma espécie de tradução da ideia de “vernacular architecture” de Paul Oliver (2006), mas a explicitação do seu conteúdo revela uma abordagem conceitual e metodológica frágil e confusa. Na descrição das características gerais da arquitetura popular, Weimer (2005) a define como resultado da utilização dos materiais fornecidos pelo meio e de uma “evolução multissecular e de profundo respeito às tradições do grupo”, atrelando a isso a sua “simplicidade”, “adaptabilidade” e “criatividade (WEIMER, 2005, p. XLI-XLIII). Essa *démarche* conceitual põe então o autor em busca das características do “povo brasileiro” e das contribuições arquitetônicas dos diversos grupos ibéricos, africanos, indígenas e europeus que o formaram. Mas, a certa altura, essa abordagem étnica é posta de lado e o autor passa a descrever a “arquitetura popular brasileira”, a partir dos materiais que utiliza, sejam eles naturais ou industriais. A abordagem de Weimer (2005) resente-se de uma dificuldade de explicitação das questões que quer endereçar e, ainda, do equívoco decorrente da tentativa de construir uma tradição “brasileira”, a partir de um conjunto de contribuições étnicas e regionais

absolutamente diversas.

POR UMA AGENDA DE ESTUDOS

Esses apontamentos confirmam a importância de articular o estudo do espaço arquitetônico e urbanístico produzido fora dos circuitos especializados ao seu contexto social, econômico, cultural e ambiental de produção e não somente aos seus aspectos arquitetônicos e construtivos. Para tanto, é fundamental o desenvolvimento de uma abordagem integrada, transdisciplinar e adequada às questões suscitadas por seus produtores, pelo contexto sociocultural, político e econômico e pelos saberes que essa produção mobiliza. Demonstram ainda o caráter limitado das abordagens examinadas com relação à arquitetura e à urbanística dos assentamentos urbanos informais, mesmo considerando-se as mais consistentes. Essa limitação parece decorrer, em grande parte, de uma abordagem que coloca a cultura autóctone no centro do fenômeno e de uma incapacidade, a um só tempo, de abordar as complexas relações fundiárias, locacionais, sociais, de mobilidade e de acesso a materiais que estão em jogo nos grandes centros urbanos e de contemplar uma dinâmica cultural que é produto de múltiplos contatos, trocas, tradições e influências. Em suma, uma dificuldade de abordar o que talvez se possa chamar de culturas urbanas contemporâneas – culturas que, com a popularização da internet e dos novos aparatos de comunicação, já invadiram os pequenos núcleos e o mundo rural.

Os apontamentos feitos até o momento indicam, por fim, a necessidade da construção, no Brasil, de uma agenda de estudos sobre o espaço arquitetônico e urbanístico popular, no sentido apontado acima, com vistas à produção das informações necessárias a uma formação acadêmica mais adequada e menos lacunar, no que toca à realidade social e urbana do país. Estudos que subsidiem políticas públicas de habitação e o planejamento urbano e territorial, e contribuam para o desenvolvimento tecnológico e para a valorização das técnicas e saberes associados à produção popular.

REFERÊNCIAS

- ALHO, Getúlio Geraldo R. **Três casas indígenas**: pesquisa arquitetônica sobre a casa em três grupos – Tukano, Tapirapé e Ramkokamekra. 1985. 91 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Engenharia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1985.
- ARAUJO, Anete. Arquitetura vernacular. **6B: cadernos da graduação**, Salvador, Faculdade de Arquitetura da UFBA, n. 1, out. 2004.
- BARRETO, Demis Ian Sbroglia; WEIMER, Günter; MEDEIROS, Humberto, HOLZER, Werther. **A arquitetura popular do Brasil**. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2010.
- BASTIDE, Roger. **O candomblé da Bahia**: rito Nagô. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- CARNEIRO, Edison. **Candomblés da Bahia**. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1967.
- CARVALHO, Eduardo Teixeira de. **Os Alagados da Bahia**: intervenções públicas e apropriação informal do espaço urbano. 2002. 200 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.
- COSTA, Lucio. Documentação necessária. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 31- 39, 1938.
- COSTA, Maria Heloísa Fenélon; MALHANO, Hamilton Botelho. Habitação indígena brasileira. In: RIBEIRO, Berta. (Org.). **Suma etnológica brasileira**. Petrópolis, RJ: Vozes; Finep, 1986.
- CUNHA, Marianno Carneiro da. **Da senzala ao sobrado**: arquitetura brasileira na Nigéria e na República Popular do Benim. São Paulo: Nobel; EDUSP, 1985.
- DAVIS, Mike. **Planeta favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.
- FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos**: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. Rio de Janeiro: Record, 1996.
- _____. **Mucambos do Nordeste**: algumas notas sobre o tipo de casa popular mais primitivo do nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: SPHAN; MES, s/d.
- GUIDONI, Enrico. **L'architettura popolare italiana**. Roma: Editori Laterza, 1980.
- GUIMARAENS, Dinah; CAVALCANTI, Lauro. **Arquitetura kitsch suburbana e rural**. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1979.
- JACQUES, Paola Berenstein. **Estética da ginga**: a arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica. 2. ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

KANAN, Maria Isabel. **Manual de conservação e intervenção em argamassas e revestimentos à base de cal**. Brasília, DF: Iphan/Programa Monumenta, 2008.

KATINSKY, Julio. **Um guia para a história da técnica no Brasil Colônia**. 2. ed. São Paulo: FAU/USP, 1998.

KUNIYOSHI, Celina; SEGAWA, Hugo; PIRES, Walter. Arquitetura da imigração japonesa. **Projeto**, São Paulo, n. 72, p. 99-104, fev. 1985.

LE MOS, Carlos. Uma nova proposta de abordagem da história da arquitetura brasileira. In: CASTRIOTA, Leonardo Barci. (Org.). **Arquitetura e documentação**. Belo Horizonte: IEDS, 2011. p. 275-291.

MALHANO, Hamilton Botelho. **Repensando a técnica construtiva no Alto Xingu-MS**. Curso de Processos e Técnicas nas Artes Visuais, Mestrado em História da Arte, Pós-Graduação em Artes Visuais, Escola de Belas Artes da UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Texto inédito).

MALHANO, Hamilton Botelho. **Poética altoxiguana: a metáfora do abrigo – uma etnografia da casa**. 1993. 200 f. Dissertação (Mestrado) – Escola de Belas Artes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993.

OLIVEIRA, Mario Mendonça de. **Tecnología de la conservación y restauración: materiales y estructuras**. 1995. 200 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia – UFBA/PNUD-UNESCO, Salvador, 1995.

OLIVER, Paul. (Edit.). **Encyclopedia of vernacular architecture of the world**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1997.

OLIVER, Paul. **Built to meet needs: cultural issues in vernacular architecture**. New York: Princeton Architectural Press, 2006.

RAMÍREZ PONCE, Alfonso. Arquitetura regional e sustentável. **Arquitextos**, São Paulo, Vitruvius, abr. 2008.

RAPOPORT, Amos. **House, form and culture**. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1969.

RODRIGUES, Nina. **Os africanos no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

RUDOLFSKY, Bernard. **Architecture without architects: a short introduction to non-pedigreed architecture**. New York: Doubleday & Company Inc., 1964.

RUDOLFSKY, Bernard. **The prodigious builders: notes toward a natural history of architecture with special regard to those species that are traditionally neglected or downright ignored**. New York; London: Harcourt Brace Jovanovich, 1977.

SANTOS, Carlos Nelson F. dos. **Habitação em questão**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1981.

SANTOS, Juana Elbein dos. **Os Nagô e a morte: pàdè, asèsè e o culto dos Égun na Bahia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.

TURNER, John F. C. **Housing by People: towards autonomy in building environments**. New York: Pantheon Books, 1977.

VALENTINI, Jussara. **A arquitetura do imigrante polonês na região de Curitiba**. Curitiba: Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1982.

VASCONCELLOS, Sylvio de. **Arquitetura no Brasil: sistemas construtivos**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1979.

VELAME, Fábio Macêdo. As lacunas nos tombamentos de terreiros de candomblé: permanências do patrimônio afro-brasileiro na cidade. In: GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras; CORRÊA, Elyane Lins. (Orgs.). **Reconceituações contemporâneas do patrimônio**. Salvador: EDUFBA, 2011.

WEIMER, Günter. **Arquitetura popular brasileira**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.